

Ata n.º 89/ XIII / 2.ª SL

Aos vinte e sete dias do mês de junho de 2017, pelas quinze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia:

1.ª Parte

- 1. Audição do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, por requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, sobre a situação da Base das Lajes, nos Açores.**
- 2. Audição do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros para apreciação da política geral do Ministério, no âmbito do n.º 2 do art.º 104.º do Regimento da Assembleia da República.**

2.ª Parte

1. Informações gerais

2. Distribuição de iniciativas legislativas e nomeação dos autores dos pareceres

- **Proposta de Resolução n.º 53/XIII/2.ª** - Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Costa do Marfim sobre Serviços Aéreos, assinado em Lisboa, em 22 de junho de 2016

Deputado(a) autor (a) do Parecer: PSD

- **Proposta de Resolução n.º 54/XIII/2.ª** - Aprova o Protocolo que altera a Convenção referente às infrações e a certos outros atos cometidos a bordo de aeronaves, assinado em Montreal, em 4 de abril de 2014

Deputado(a) autor (a) do Parecer: PS

3. Análise e decisão sobre o escrutínio de iniciativas europeias escrutinadas pela CAE

- **DOCUMENTO DE REFLEXÃO CONTROLAR A GLOBALIZAÇÃO - COM/2017/0240.**

Esta comunicação foi igualmente distribuída à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas.

Deputado(a) Relator (a): CDS-PP

4. Aprovação de atas

- Ata n.º 67 de 14.02.2017;
- Ata n.º 72, de 15.03.2017;
- Ata n.º 73, de 21.03.2017;
- Ata n.º 84, de 16.05.2017;
- Ata n.º 87, de 06.06.2017.

5. Outros assuntos.

Foi dado início à sessão, presidida pelo Senhor **Presidente da Mesa, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, o qual começou por dar as boas-vindas aos Senhores Deputados presentes, aos Senhores Ministro dos Negócios Estrangeiros e Secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e das Comunidades Portuguesas e ao Senhor Embaixador, Diretor-Geral de Política Externa, tendo, em seguida, explicitado as regras pelas quais ambas as audições se iriam reger.

No ponto um da primeira parte da ordem do dia, o Senhor **Presidente da Mesa** deu a palavra ao Senhor **Deputado António Ventura (PSD)** para fazer a apresentação do Requerimento.

O Senhor Deputado começou por referir que aquando da realização da reunião permanente e bilateral sobre a Base das Lajes, existiam muitas expectativas, estando presentes vários ministérios, permanecendo duas questões em aberto i.e. a descontaminação ambiental e o futuro sobre o investimento na Base das Lajes. Em seu entender, o resultado da reunião foi insatisfatório, inexistindo articulação e suficiente preparação entre os governos central e regional, razão pela qual, o seu Grupo Parlamentar pretende obter mais esclarecimentos. Lembrou, ainda, que surgiram notícias na comunicação social sobre 300 moradias habitadas por trabalhadores pertencentes à Base das Lajes que iriam ser entregues à Força Aérea mas que não foram aceites por esta. Nessa medida, o seu Grupo Parlamentar gostaria de saber qual a razão para tal recusa e, por último, como será efetivada a responsabilidade assumida pelos Estados Unidos da América de descontaminação ambiental.

Terminada a apresentação pelo Senhor Deputado, o Senhor **Presidente da Mesa**, deu a palavra ao Senhor **Ministro dos Negócios Estrangeiros** para responder.

O Senhor **Ministro** remeteu a sua resposta para o Senhor Embaixador, o qual, na qualidade de **Diretor-Geral de Política Externa**, acompanha o processo relativo à Base das Lajes.

O Senhor Embaixador iniciou a sua intervenção dizendo existirem dois objetivos no tratamento deste processo: o primeiro, relativo à utilização da Base das Lajes pelos Estados Unidos da América e as consequências da redução do seu contingente militar; e, o segundo, relativo à busca de uma alternativa ao uso militar da Base, quando o contingente militar dos Estados Unidos da América, dela for retirado.

Fez referência à reunião, que teve lugar no dia 11 de maio de 2017, no quadro da agenda bilateral de cooperação entre Estados Unidos da América e Portugal, na qual, para além deste assunto, foram discutidas outras questões, tais como, o Air Centre, os oceanos e a segurança marítima, a cooperação energética no âmbito da utilização do Porto de Sines, e o plano económico. Fez um balanço positivo sobre a cooperação entre

ambos os países, dando nota do aumento das exportações de Portugal para aquele país.

No que respeita aos usos alternativos da Base das Lajes, fez menção à participação dos Estados Unidos da América na criação do Air Centre (Centro de Investigação Internacional do Atlântico) e de um centro de segurança marítima, ambos na ilha Terceira, Açores. Relativamente à Quanto a saída contingente militar americano da Base das Lajes, foi obtido um acordo no âmbito das questões laborais, nomeadamente, sobre as pensões e rescisões de trabalhadores portugueses a exercerem funções na Base das Lajes.

Sobre a questão da descontaminação a, existe uma discordância jurídica relativa à correta interpretação das cláusulas previstas no acordo de 1995, pois a República Portuguesa só aceita a devolução das infraestruturas existentes na Base das Lajes, na base de uma negociação caso a caso. Informou que já foram efetuadas devoluções e mais irão ocorrer, sendo a posição do Governo a de que só serão aceites mais devoluções se os Estados Unidos da América se responsabilizem pela descontaminação ambiental das infraestruturas visadas.

Esclareceu que o Laboratório Nacional de Engenharia Civil tem acompanhado este processo, tendo sinalizado 12 locais na ilha Terceira que necessitam de ações adicionais de descontaminação ambiental. Os Estados Unidos da América, por seu lado, já apresentaram dois novos contratos para efetuar a descontaminação ambiental e assumiram a responsabilidade por mais três locais, sendo que, o parecer do Laboratório Nacional de Engenharia Civil indica que ainda faltam quatro locais para efetuar a descontaminação.

Terminada a intervenção do Senhor Embaixador, foi dada a palavra à Senhora **Deputada Lara Martinho (PS)**.

A Senhora Deputada começou por referir que ainda não foram dados todos os passos necessários à descontaminação ambiental da ilha Terceira, uma vez que, existe um conjunto de 12 locais que necessitam de intervenção adicional, sendo que, os Estados Unidos da América apenas intervieram num terço dos locais a descontaminar, pelo que, é fundamental fazer mais.

Referiu existir um *Roadmap* para a intervenção nos locais referidos mas este não foi aceite pelos Estados Unidos da América, saldando-se a situação atual por um bloqueio na execução do acordo de descontaminação ambiental. Nessa medida, colocou as

seguintes questões: qual é a posição do Governo sobre esta questão; quais serão os usos alternativos a dar às infraestruturas devolvidas à República Portuguesa; e, finalmente, quais são os projetos para a dinamização da economia da ilha Terceira e as mais-valias que deles advirão.

Terminou, frisando, serem necessários outros resultados na negociação com os Estados Unidos da América sobre esta matéria sem, no entanto, escamotear os esforços envidados pelo Governo para encontrar uma solução para este assunto. Mostrou, ainda, a sua discordância sobre a posição do Grupo Parlamentar do PSD nesta matéria, a qual, no seu entender, faz parecer que nada foi feito até aqui.

Terminada a intervenção da Senhora **Deputada Lara Martinho**, foi dada a palavra ao Senhor **Ministro dos Negócios Estrangeiros** para responder.

O Senhor Ministro fez referência à existência de dois pontos específicos e críticos na interpretação do acordo de 2015, em que existe uma divergência entre os dois países. Nessa medida, esclareceu que o Governo tem procurado manter um canal de diálogo aberto, encontrando-se a aguardar a nomeação do novo embaixador dos Estados Unidos da América em Portugal, referindo que a negociação ainda não está terminada pois ainda não foi encontrado um acordo final para a questão ambiental. Frisou, assim, que só quando for alcançado um acordo sobre a descontaminação ambiental da ilha Terceira, será emitida uma declaração conjunta.

No que se refere à criação do Air Centre e o desenho conjunto de um centro de segurança marítima no atlântico, este teria por objetivo a troca de informações entre os países situados no Atlântico norte.

Terminada a intervenção do Senhor **Ministro** foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)**.

O Senhor Deputado iniciou a sua intervenção frisando que os Estados Unidos da América detêm fundos destinados à resolução de problemas ambientais causados por infraestruturas deste género, sendo que, este tipo de problemas ambientais com bases militares tem sido recorrente. Referiu ser entendimento do seu Grupo Parlamentar que os Governos anteriores nada fizeram para resolver esta questão, esperando, por isso,

que este Governo tenha outra postura, uma vez que, aquele país não deve ver as suas responsabilidades minoradas.

No que se refere ao reaproveitamento da Base das Lajes, seu Grupo Parlamentar discorda da posição do Governo, pois todos os projetos apresentados anteriormente não foram bem-sucedidos, facto que os faz duvidar que desta vez seja encontrada uma solução. Pelo contrário, referiu que a República Portuguesa ficará dependente daquela que é a vontade dos Estados Unidos da América e que tal facto irá minorar a atuação e o desenvolvimento da ilha Terceira.

Nessa medida, entendem que as propostas que estão em cima da mesa ainda têm de ser desenvolvidas, pelo que, não acompanham a posição do Governo sobre esta matéria.

Terminada a intervenção do Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares**, foi dada a palavra ao Senhor **Ministro dos Negócios Estrangeiros** para responder.

O Senhor Ministro começou por referir que não viu da parte do Governo nenhuma transigência quanto a esta questão, lembrando que Portugal e os Estados Unidos da América são aliados e que esse facto está sempre presente nas negociações. Nessa medida, ambos estão a trabalhar numa declaração conjunta, de forma a, a terminar as negociações, faltando somente o acordo sobre a questão da descontaminação ambiental. Quanto ao reaproveitamento das infraestruturas existentes, existem na ilha Terceira duas bases militares, a portuguesa e a americana, sendo os Estados Unidos da América responsáveis pela parte das infraestruturas que lhes foram dedicadas.

Relembrou que é necessário negociar caso a caso. Sendo Portugal e os Estados Unidos da América países parceiros, as bases militares devem ter esse objetivo a cooperação militar. Quanto ao que foi anunciado nos meios de comunicação social, informou que ainda não foi fechado um compromisso sobre as alternativas à utilização das infraestruturas.

Terminada a intervenção do Senhor **Ministro** foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Filipe Lobo D'Ávila (CDS)**.

O Senhor Deputado referiu que a Base das Lajes é um assunto muito importante e, por isso, merecedor de preocupação por parte de todos os Grupos Parlamentares,

pelo impacto económico e social que tem na Ilha Terceira, constituindo o acordo entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, um acordo estratégico e merecedor de uma análise cuidada.

Questionou o Senhor Ministro sobre a forma como avalia a eficácia da diplomacia portuguesa, tendo em conta o papel que os Governos de ambos os países têm desempenhado. No respeitante às relações bilaterais, questionou o Senhor Ministro sobre as consequências do investimento de países terceiros, fora do quadro das alianças a que a República Portuguesa pertence, para essas relações. E, finalmente, indagou sobre o estado em que está o processo de negociação, referente ao papel que Portugal irá desempenhar na distribuição de gás natural para a Europa, nomeadamente qual é a articulação dentro do Governo sobre esta matéria.

Terminada a intervenção do Senhor **Deputado Filipe Lobo D'Ávila**, foi dada a palavra ao Senhor **Ministro dos Negócios Estrangeiros** para responder.

O Senhor Ministro esclareceu não estar em causa a relação estratégica entre os dois países, sendo fundamental para Portugal manter uma postura de cuidado, a qual é também refletida por parte dos Estados Unidos da América. Nessa medida, a abertura de Portugal a investimento de países fora do sistema de alianças a que pertence, não tem qualquer efeito negativo sobre a aliança estabelecida entre os dois países.

Referiu que desses países terceiros, aquele com quem os acordos de investimento estão mais avançados é a Índia. Relembrou que o Senhor Primeiro-ministro da Índia esteve recentemente em Portugal para celebrar um acordo de âmbito civil, pelo que, inexistente qualquer impacto sobre a relação atlântica. Quanto ao aspeto económico, o governo nacional está a seguir com atenção a implementação do plano do governo regional, escusando-se a pronunciar-se sobre o andamento das negociações. Quanto à questão energética, o porto de Sines é o porto marítimo europeu mais próximo dos Estados Unidos da América, pelo que, ambos os países continuam a trabalhar em conjunto.

Terminada a intervenção do Senhor **Ministro** foi dada a palavra à Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)**.

A Senhora Deputada fez menção ao facto de as sucessivas negociações e acordos celebrados com os Estados Unidos da América terem sempre refletido uma imposição da sua posição de forma unilateral. Aquele país tem responsabilidades ambientais que deve assumir e cumprir, pelo que, questionou o Senhor Ministro sobre a determinação do Governo em fazê-lo assumir essas responsabilidades. Adicionalmente, questionou o Senhor Ministro sobre a alternativa económica a aplicar na ilha Terceira, nomeadamente, o programa de revitalização e as moradias habitadas por trabalhadores pertencentes à Base das Lajes. Referindo que a Câmara Municipal da Praia da Vitória tinha mostrado interesse nessas moradias, indagou sobre a possibilidade de o Governo entregar as referidas moradias àquela autarquia.

Terminada a intervenção da Senhora **Deputada Carla Cruz**, foi dada a palavra ao Senhor **Ministro dos Negócios Estrangeiros** para responder.

O Senhor Ministro na sua resposta remeteu para o que já havia sido dito anteriormente, sublinhando que o Laboratório Nacional de Engenharia Civil está a monitorizar a qualidade da água na ilha Terceira, demonstrando os resultados do laboratório que os níveis de segurança estão assegurados. Nos locais onde o Laboratório Nacional de Engenharia Civil verificou existir contaminação, foram emitidos relatórios que reconhecem a necessidade de intervenção e, concomitantemente, os Estados Unidos da América prolongaram a sua intervenção em alguns desses. Relativamente aos outros locais que aguardam intervenção, as questões a eles referentes foram colocadas nas reuniões havidas com os com os Estados Unidos da América.

Terminada a intervenção do Senhor **Ministro**, foi dada a palavra à Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)**, para lavrar um protesto sobre o facto de o Senhor Ministro não apresentar um calendário para a execução das medidas referidas.

No ponto dois da primeira parte da ordem do dia, o Senhor **Presidente da Mesa** deu a palavra ao Senhor **Ministro dos Negócios Estrangeiros** para fazer a intervenção inicial.

O Senhor Ministro tomou a palavra para dar conhecimento que, no âmbito da política de desenvolvimento, teve lugar a reunião Internacional “*Tidewater 2017*”, referindo que a

Senhora Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação participou na referida reunião e apresentará um relatório sobre a mesma. Sublinhou que, nesta reunião, António Guterres iria apresentar a sua primeira intervenção pública em Portugal, na qualidade de Secretário-Geral das Nações Unidas, informando que a reunião era composta por uma agenda com 4 pontos, sendo primeiro referente à Agenda 2030, o segundo relativo à resposta sobre como financiar a Agenda, o terceiro sobre a intervenção em países em desenvolvimento que se tornaram em países de rendimento médio, como são os casos de Cabo Verde e alguns países da América Latina, sendo a posição de Portugal a de que estes não devem ser penalizados e, finalmente, o quarto sobre Direitos Humanos. O Senhor Ministro disponibilizou-se para fazer uma apresentação dos temas discutidos na reunião perante a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Referiu, sobre a implementação da Agenda 2030, que será apresentado um relatório sobre a sua implementação, sendo este assunto coordenado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, em especial, pela Senhora Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. O relatório sinaliza os objetivos e a forma como devem ser atingidos, a sua implementação no âmbito da política nacional e europeia e os compromissos de cooperação assumidos por Portugal. De entre os 17 objetivos descritos na Agenda 2030, Portugal escolheu 6 objetivos i.e. os objetivos 4, 5, 9, 10, 13 e 14. A escolha destes objetivos procurou é dirigida a áreas setoriais e transversais, sendo que, Portugal contribuiu para a definição destes objetivos na negociação da Agenda 2030 sendo, por isso, possível afirmar que eles encaixam nas nossas necessidades internas. Destacou os objetivos referentes aos oceanos, valorizando a escolha desse tema pela nossa posição de liderança internacional nesta matéria.

Quanto à implementação daqueles objetivos, referiu que Portugal lidera o trabalho nas Nações Unidas na temática referente aos oceanos, tem como meta ser líder no desenvolvimento da economia azul e liderar a estratégia da UE para os oceanos no grupo g7+ e, finalmente, participar ou liderar este grupo no âmbito da segurança marítima porque interessa a Cabo Verde e Angola essa ação no Golfo da Guiné. Quanto a extensão da plataforma portuguesa, Portugal vai continuar este processo em agosto, tendo sido eleito Aldino Campos para presidir a essa comissão.

Terminada a intervenção do Senhor **Ministro**, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado José Cesário (PSD)**.

O Senhor Deputado fez menção à visita do Senhor Ministro da Defesa aos militares portugueses em missão no Iraque, tendo anunciado que Portugal está disponível para integrar a força internacional que vai atuar naquela região. Nesse sentido, questionou o Senhor Ministro sobre o calendário e os riscos presentes nessa intervenção.

Relativamente à Venezuela, referiu que o seu Grupo Parlamentar pretende um relato sobre a visita do Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas àquele país. Continuou, dizendo, que a situação naquele país continua a agudizar-se, o que aumenta o pânico na comunidade portuguesa, sobretudo porque o Senhor Embaixador em Caracas será substituído e seria desejável, não existirem hiatos.

No que se refere à Base das Lajes, referiu que as questões colocadas no requerimento apresentado pelo seu Grupo Parlamentar não foram respondidas, sobretudo no que respeita à atuação do governo regional e da sua discordância face ao governo nacional, nesta matéria.

Por último, sobre os países da CPLP, há conflitos internos a decorrer na Guiné-Bissau e em Moçambique, existindo a expectativa sobre como Portugal vai intervir nessas questões, nomeadamente se Portugal vai colocar à UE a possibilidade de um acordo de parceria estratégica para aqueles dois países, nos mesmos moldes da existente com Cabo Verde.

Terminada a intervenção do Senhor **Deputado José Cesário**, foi dada a palavra ao Senhor **Ministro dos Negócios Estrangeiros** para responder.

O Senhor Ministro referiu que o Governo está sempre disponível para rever as suas posições, lembrando que da cimeira da Nato em junho de 2017 em Bruxelas, foram acordadas pelos países aliados responsabilidades acrescidas na luta contra o *Daesh*. Estando a atual missão Nato a terminar, é entendimento do Governo que Portugal deve continuar a intervir em missões militares daquela natureza, devendo esta questão ser discutida na Assembleia da República, pelo Senhor Ministro da Defesa.

Sobre a Venezuela, o Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas está disponível para fazer o relato da sua visita, garantindo que não haverá qualquer hiato nas alterações a ter lugar naquele posto diplomático.

Sobre a Base das Lajes, referiu não ser seu dever tecer considerações sobre a relação entre o governo regional e o governo nacional, dando nota apenas de que as relações entre ambos são boas, mantendo-se dentro das atribuições de cada um.

Em relação à celebração de um acordo de parceria estratégica, lembrou que a comunidade internacional angariou milhões de dólares em ajuda ao desenvolvimento da Guiné-Bissau, sendo necessário que aquele país atinja um nível de estabilidade política. Quanto a Moçambique, Portugal defende a continuidade do apoio a Moçambique, malgrado os problemas de segurança vividos naquele país, dando nota dos desenvolvimentos positivos na cooperação entre Frelimo e Renamo.

Terminada a intervenção do Senhor **Ministro**, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)**.

O Senhor Deputado fez referência ao facto de, na Venezuela, existirem algumas questões sobre a capacidade de mobilização do movimento associativo na captação das necessidades da comunidade portuguesa na Venezuela, questionado o Senhor Ministro sobre a forma como os diplomatas portugueses estão a estabelecer contactos com essa comunidade, mas também, com as autoridades venezuelanas no apoio aos comerciantes portugueses estabelecidos na Venezuela.

Relembrou a visita dos Senhores Primeiro-Ministro e Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Economia à Argentina e ao Chile, questionando o Senhor Ministro sobre as oportunidades para as empresas portuguesas no âmbito das negociações do Acordo de Livre-Comércio entre a União Europeia e o Mercosul.

Colocou, ainda, uma questão sobre informação mais detalhada em relação à evolução positiva dos indicadores económicos e terminou, fazendo referência ao anúncio da Primeira-Ministra do Reino Unido sobre o futuro dos cidadãos da UE naquele país, afirmando que não podem ser trocados direitos por vantagens comerciais.

Terminada a intervenção do Senhor **Deputado Paulo Pisco**, foi dada a palavra ao Senhor **Ministro dos Negócios Estrangeiros** para responder.

O Senhor Ministro afirmou que a proposta apresentada pelo Reino Unido tinha elementos positivos mas lembrou que, estamos ainda no início, pelo que ainda há muitos pormenores a analisar.

Em seguida, passou a palavra ao Senhor **Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas** para fazer o relato da sua visita à Venezuela.

O Senhor Secretário de Estado referiu existirem preocupações sérias com os níveis de insegurança vivenciados naquele país. Sobre o apoio aos comerciantes portugueses estabelecidos na Venezuela, informou que foi ativada uma linha de crédito, no valor de 5 milhões de dólares, e entregue uma listagem dos estabelecimentos afetados às autoridades venezuelanas.

No que se refere às visitas aos presos portugueses já ocorreu uma reunião entre os cônsules gerais e as autoridades venezuelanas. De igual forma, ocorreu também um encontro do representante das empresas de panificação com as autoridades venezuelanas, tendo sido estabelecido um compromisso de garantia de segurança dos estabelecimentos comerciais através de meios militares.

Houve uma deslocação dos cônsules honorários e de carreira juntamente com os conselheiros sociais por toda o país para fazer o levantamento das necessidades, existindo candidaturas para experiências piloto em cuidados domiciliários.

Referiu também, a sua deslocação à ilha da Madeira para discutir a questão das equivalências escolares dos jovens que regressam a Portugal para efeitos de atividade profissional.

Terminada a intervenção do Senhor **Secretário de Estado**, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)**.

O Senhor Deputado fez referência à possibilidade de existirem problemas em território nacional, caso haja uma chegada maciça de cidadãos provenientes da Venezuela, pelo que, é entendimento do seu Grupo Parlamentar, de que o Governo deve prestar apoios de âmbito social, questionando o Senhor Ministro sobre a existência de uma rede de acompanhamento e sobre a coordenação existente entre os governos regional e nacional nessa matéria. Indagou, também, sobre qual é o calendário previsto para concretização desse processo.

Lembrou que uma parte considerável dos cidadãos portugueses a residir na Venezuela não pretendem regressar, pelo que, é importante garantir a cooperação com as autoridades venezuelanas na proteção da comunidade portuguesa e das suas atividades comerciais.

Relativamente ao *Brexit*, existe ainda muita indeterminação, sendo importante garantir a proteção da comunidade portuguesa face à perspetiva eurocêntrica da EU, pelo que, questionou o Senhor Ministro se tem sido enviada informação sobre aquela comunidade e sobre a comunidade de cidadãos britânicos a residir em Portugal, à Comissão Europeia. Indagou também sobre a existência de ataques racistas e de xenofobia contra a comunidade portuguesa e se existe fragilização do apoio consular a esta comunidade. Por fim, sobre os lesados do BES, questionou o Governo sobre a existência de uma solução para os lesados que são imigrantes.

Terminada a intervenção do Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares**, foi dada a palavra ao Senhor **Ministro dos Negócios Estrangeiros** para responder.

O Senhor Ministro remeteu a questão sobre BES para a discussão que estava a decorrer na Assembleia da República sobre essa matéria. Sobre o *Brexit*, referiu que a posição do negociador-chefe e dos representantes das instituições europeias é a de não serem transigentes quanto a essa questão. Existem reuniões onde os Estados-Membros podem introduzir interesses específicos a serem abordados nas negociações.

Sobre o apoio dado à comunidade portuguesa, referiu que os apoios sociais disponíveis são os que estão inscritos nos mecanismos Asic e Asec, estando também disponíveis diversas políticas sociais de âmbito regional, tendo sido reforçados os recursos disponibilizados àquela região. No domínio da integração daqueles cidadãos, foram também mobilizados os Ministérios da Segurança Social, da Saúde e do Trabalho e da Segurança Social.

Terminada a intervenção do Senhor **Ministro**, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Filipe Lobo D'Ávila (CDS)**.

O Senhor Deputado fez referência ao programa internacionalizar, anunciado em julho de 2016, o qual ainda não foi apresentado. Nessa medida, questionou o Senhor Ministro sobre quando será apresentado, uma vez que, já decorreu um ano desde o seu anúncio. Sobre a Venezuela, disse ser entendimento do seu Grupo Parlamentar de que as respostas apresentadas têm sido genéricas e abstratas, razão pela qual, irão apresentar um requerimento para audição do Senhor Secretário de Estado sobre o relato da sua deslocação à Venezuela.

Terminada a intervenção do Senhor **Deputado Filipe Lobo D'Ávila**, foi dada a palavra ao Senhor **Ministro dos Negócios Estrangeiros** para responder.

O Senhor Ministro respondeu que o *draft* do programa está concluído, estando nesta fase, a ser analisado pelo Conselho de Ministros, razão pela qual ainda não foi apresentado. Garantiu que, quando for aprovado, será apresentado na Comissão de Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas.

Sobre as questões colocadas pelo Senhor **Deputado Paulo Pisco**, lembrou a visita efetuada à Argentina e ao Chile, referindo que o Acordo de Livre-Comércio entre a União Europeia e o Mercosul trará vantagens no âmbito dos setores do vinho e azeite. Sobre o crescimento económico, o comércio externo, o ano de 2016, foi auspicioso, sendo a evolução das previsões do Banco Portugal positivas. Houve um aumento do investimento e das exportações, havendo excedentes na nossa relação comercial com o exterior.

Terminada a intervenção do Senhor **Ministro**, foi dada a palavra à Senhora Deputada **Carla Cruz (PCP)**.

A Senhora Deputada exprimiu as preocupações do seu Grupo Parlamentar com os cidadãos que regressaram da Venezuela, questionando o Senhor Ministro sobre quais são as condições oferecidas a estes cidadãos, nomeadamente, aos cidadãos que regressam sem documentos e muito fragilizados e sobre a articulação entre os governos regional e nacional.

Questionou o Senhor Ministro sobre o plano de contingência, referindo ser uma atribuição constitucional assegurar a segurança dos cidadãos portugueses residentes na Venezuela e também, sobre a mobilização de fundos para fazer face aos incêndios florestais.

Sobre os objetivos prioritários para a Agenda 2030, demonstrou a concordância do seu Grupo Parlamentar, mas questionou o Senhor Ministro sobre se concorda que o garrote orçamental pode pôr em causa a sua concretização.

Terminada a intervenção da Senhora **Deputada Carla Cruz**, foi dada a palavra ao Senhor **Ministro dos Negócios Estrangeiros** para responder.

O Senhor Ministro fez referência ao Livro Branco sobre o Futuro da Europa, nomeadamente, no que respeita à implementação de políticas de disciplina financeira e desenvolvimento, e de reforço das políticas sociais, sublinhando que as políticas económicas implementadas permitiram a geração de riqueza ao mesmo tempo que foi mantida a disciplina financeira. Fez referência a uma reunião havida entre o Senhor Ministro do Planeamento com a Comissão Europeia, para discutir a disponibilização de fundos de solidariedade a Portugal, sendo esta uma fase de identificação das necessidades.

Finalmente, sobre a Venezuela nada mais tem a acrescentar aquilo que foi referido na reunião havida à porta fechada. As políticas de solidariedade estão, na sua maioria, regionalizadas, pelo que, a articulação entre os governos nacional e regional existe, sendo que, existe inteira disponibilidade para a intervenção daquele, quando necessário. Relembrou que o INE já disponibilizou os dados sobre os movimentos de migração.

Terminada a intervenção do Senhor **Ministro**, foi dada nota sobre os requerimentos entregues pelos Grupos Parlamentares do CDS e do PSD, lendo-os em seguida. Terminada a leitura dos requerimentos, foi dado início à segunda ronda de perguntas dos Senhores Deputados.

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Páscoa (PSD)**.

O Senhor Deputado lembrou que em 2005 foi aprovada uma lei que atribui nacionalidade de origem aos netos de portugueses, tendo a mesma tido o voto favorável do PS. Para tanto foi criado o critério dos “*laços de efetiva ligação à comunidade nacional*” – alínea d) do n.º 1 do artigo 1.º da Lei da Nacionalidade. Recentemente, o Regulamento da Lei da Nacionalidade foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 71/2017 de 21 de junho, sendo que, houve uma alteração na alínea a) do n.º 4 do artigo 10.º - A em conjugação com o n.º 5 do artigo 10.º - A e n.º 9 do artigo 25.º, da qual não foi dado conhecimento ao Conselho das Comunidades, mostrando a sua discordância quanto ao tempo exigido de residência legal no território português, i.e. de pelo menos cinco anos.

Em seguida, foi dada a palavra à Senhora **Deputada Isabel Santos (PS)**.

A Senhora Deputada fez menção à reunião Internacional “*Tidewater 2017*”, fazendo a sugestão de que a Senhora Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação venha à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas para fazer um relato da reunião. Saudou, no âmbito das comemorações no Brasil do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, a assinatura de um memorando de entendimento para garantir a preservação e a valorização do património do Real Gabinete Português de Leitura e a possível concretização do projeto de construção da escola portuguesa de São Paulo. Nessa medida, questionou o Senhor Ministro sobre as perspetivas de futuro para concretização dessa escola.

Após esta intervenção, foi dada a palavra à Senhora **Deputada Domicilia Costa (BE)**.

A Senhora Deputada fez referência à implementação de um projeto-piloto relativo a um serviço de apoio a vítimas de violência doméstica através de videoconferência com o Hospital de Coimbra, no Luxemburgo, questionando o Senhor Ministro sobre o calendário da sua execução e a garantia de confidencialidade do serviço. Lembrou, também, o acordo sobre o ensino de Português assinado entre Portugal e o Luxemburgo, referindo que se trata de um retrocesso, na medida em que, os cursos de língua portuguesa deixarão de estar integrados, por passarem a decorrer no âmbito do ensino complementar.

Terminada a intervenção, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Filipe Lobo D’Ávila (CDS)**.

O Senhor Deputado questionou novamente o Senhor Ministro sobre o calendário para a apresentação do programa internacionalizar. Relembrou que o Senhor Embaixador de Portugal em Itália, durante a audição que teve lugar na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relatou a inexistência de um conselheiro cultural e que o Senhor Embaixador de Portugal na Bulgária, também durante uma audição, referiu a ausência de um delegado da AICEP naquele país, questionando o Senhor Ministro sobre a necessidade de alargar a rede consular.

Em seguida, foi dada a palavra à Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)**.

A Senhora Deputada referiu a preocupação do seu Grupo Parlamentar sobre a necessidade de alargamento da rede consular, dando nota de que foram identificados trabalhadores diplomáticos com vínculos precários, pelo que, questionou o Senhor Ministro sobre a contratação destes trabalhadores para preenchimento de postos de trabalho permanentes, assim como, dos trabalhadores que exercem as suas funções nas residências. Fez notar, também, que da autorização para criação de cem postos de trabalho na rede diplomática, só vinte foram, até ao momento, criados e que o pagamento de salários, no Brasil, não está a ser efetuado em euros.

Terminada a segunda ronda de perguntas dos Senhores Deputados, foi dada a palavra ao Senhor **Ministro dos Negócios Estrangeiros** para responder.

O Senhor Ministro esclareceu que programa internacionalizar constitui um compromisso do Senhor Secretário de Estado da Internacionalização, o qual vincula todos os Ministérios, pelo que, logo que o processo de aprovação esteja terminado, o mesmo será entregue à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.

No que respeita ao conselheiro cultural e ao delegado da AICEP, fez notar que foi o CDS que extinguiu postos na rede diplomática. Precisou, não ser verdade a existência de uma autorização para a criação de cem postos de trabalho na rede diplomática e que o processo de regularização de trabalhadores precários está a correr bem. No que respeita ao pagamento de salários, lembrou que o Estado português foi demandado, em tribunal, pelos funcionários da rede diplomática no Brasil para que o pagamento dos mesmos fosse efetuado na moeda brasileira, pelo que constitui uma situação de *venire contra factum proprio*, vir agora exigir que o pagamento seja efetuado novamente em euros.

Sobre a reunião Internacional “*Tidewater 2017*”, prestou esclarecimentos sobre as matérias a serem discutidas e fez referência ao facto de não existirem conclusões formais. No que respeita à escola portuguesa em São Paulo, referiu já existir um espaço para a implementar. Em Itália, lembrou existir uma forte presença da Língua Portuguesa nas Universidades o que permite uma projeção especial da cultura portuguesa naquele país. Em seguida, passou a palavra ao **Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas**, para prestar os restantes esclarecimentos.

O Senhor Secretário de Estado esclareceu que o Conselho das Comunidades tem apenas atribuições consultivas, detendo a Assembleia da República e o Governo, atribuições legislativas. Não obstante, referiu que as sugestões emitidas pelo Conselho das Comunidades foram tidas em conta na redação das alterações ao Regulamento sobre a Lei da Nacionalidade. Sobre o critério “*laços de efetiva ligação à comunidade nacional*”, referiu que este é um critério que foi amplamente debatido na Assembleia da República, sendo um critério entre outros. No que respeita ao serviço de apoio a vítimas de violência doméstica, no Luxemburgo, referiu que o funcionará no espaço dos serviços consulares nos moldes e que será garantida a confidencialidade. Quanto ao ensino da Língua Portuguesa no Luxemburgo, fez referência a uma reunião que teve lugar com os professores de português a lecionarem naquele país.

Terminada a segunda ronda, foi dado início à primeira parte da terceira ronda de perguntas dos Senhores Deputados.

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado António Ventura (PSD)**.

O Senhor Deputado referiu ser necessário encontrar financiamento para a descontaminação ambiental da Ilha Terceira e fez referência às declarações proferidas pelo presidente do governo regional dos Açores.

Em seguida, foi dada a palavra à Senhora **Deputada Lara Martinho (PS)**.

A Senhora Deputada lembrou que o Governo tem desenvolvido esforços para a concretização de um compromisso, por parte dos Estados Unidos da América, no que respeita à descontaminação ambiental da ilha Terceira. Fez menção, também, de que esse esforço tem sido maior do que o do Governo anterior, o qual, assumiu compromissos que, posteriormente, não concretizou. Dessa forma, frisou que os esforços desenvolvidos até aqui são positivos, sendo apenas necessário alargar o espetro de atuação, de forma a, garantir a total descontaminação ambiental da ilha Terceira.

Após esta intervenção, foi dada a palavra à Senhora **Deputada Domicilia Costa (BE)**.

A Senhora Deputada fez referência ao não cumprimento das regras legais sobre o gozo da licença de parentalidade por parte dos docentes de Língua Portuguesa, a exercerem funções junto da diáspora.

Terminada a intervenção, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Filipe Lobo D'Ávila (CDS)**.

O Senhor Deputado referiu ser entendimento do seu Grupo Parlamentar que a reestruturação da rede consular, efetuada pelo Governo anterior, resultou da constatação de que era possível fazer mais com menos, razão pela qual, entendem ter o direito de colocar as questões que considerem pertinentes sobre esta matéria, sem necessidade de invocar o passado. Fazendo referência à deslocação do Primeiro-Ministro à Argentina, com vista a uma aproximação política, económica e cultural, dos dois países, questionou o Senhor Ministro sobre quais são as diligências que estão a ser tomadas, no sentido de desenvolver, a nossa parceria económica com o Canadá.

Em seguida, foi dada a palavra à Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)**.

A Senhora Deputada reiterou o entendimento de que existem queixas relativas não cumprimento das regras legais sobre o gozo da licença de parentalidade e de assistência na doença, aos docentes de Língua Portuguesa, a exercerem funções junto da diáspora, questionando o Senhor Ministro sobre quais são as medidas que pretende tomar nesta matéria, juntamente como o Ministério da Educação.

Terminada a primeira parte da terceira ronda, foi dada a palavra ao Senhor Ministro para responder.

O Senhor Ministro pediu que lhe sejam feitos chegar os problemas concretos encontrados na aplicação das regras relativas ao gozo da licença de parentalidade e de assistência na doença, para tomar conhecimento, lembrando que existe um parecer do Provedor de Justiça que refere que o Ministério dos Negócios Estrangeiros está a cumprir a lei e que não pode pronunciar-se sobre matérias que são da atribuição do Ministério da Educação. Fez também saber que, no seu entender, existe uma diferença entre reestruturar e liquidar a rede consular e fez menção, ao facto de, estar pendente a ratificação do Acordo Económico e Comercial Global entre o Canadá e a União

Europeia, mostrando ser seu desejo que Portugal seja o primeiro Estado-membro a ratificá-lo.

Terminada a intervenção do Senhor **Ministro**, foi dado início à segunda parte da terceira ronda.

Tomou a palavra o Senhor **Deputado Paulo Pisco**, para referir que é necessário ter sensibilidade para a diferença entre os emigrantes lesados do BES que detinham apenas depósitos e aqueles que eram subscritores de papel comercial. Reconheceu ter havido uma evolução na resolução desta questão sem que, no entanto, aqueles tenham sido incluídos e colocou uma questão sobre o acompanhamento dos cidadãos pertencentes à comunidade portuguesa residente no Reino Unido que estiveram envolvidos no incêndio das *Grenfall Towers*.

Em seguida, interveio a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz**, referindo que as relações diplomáticas entre Portugal e Angola caíram num manto de silêncio, questionando o Senhor Ministro sobre o estado atual daquelas e sobre qual tem sido a proteção diplomática oferecida às empresas e trabalhadores portugueses a operar em Angola.

Posteriormente, tomou a palavra o Senhor **Deputado Carlos Páscoa**, para pedir mais esclarecimentos sobre a concreta aplicação critério dos “*laços de efetiva ligação à comunidade nacional*”.

Interveio, em seguida, o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares**, para questionar o Senhor Ministro sobre um assunto levantado pelo Senhor Embaixador de Portugal na Bulgária, sobre a não atribuição de nacionalidade portuguesa a trabalhadores que exercem funções naquela embaixada. Referiu também a situação dos trabalhadores portugueses na Arábia Saudita, questionando se existe alguma previsão de quando serão feitas as reparações salariais, o que já aconteceu com os trabalhadores franceses.

Terminada a segunda parte da terceira ronda, foi dada a palavra ao Senhor **Ministro** para responder.

O Senhor Ministro referiu que está atento ao assunto relativo aos lesados do BES mas que deve respeitar a atuação das autoridades de supervisão. Sobre as relações diplomáticas com Angola, esclareceu existirem diversos contactos, nomeadamente ao nível da CPLP, tendo o Senhor Ministro visitado aquele país em fevereiro. Quanto à linha de crédito aberta para as empresas portuguesas a operar em Angola, esta está ser utilizada. Sobre a questão da regulamentação da Lei da Nacionalidade, lembrou que essa é uma atribuição do Governo, com consulta ao Conselho das Comunidades. Referiu também não ter conhecimento do caso exposto sobre os trabalhadores a exercerem funções na Embaixada de Portugal em Sofia, pelo que pediu que lhe fizessem chegar essa informação. Sobre a Arábia Saudita, esclareceu ter convocado o Senhor Embaixador em Portugal para prestar esclarecimentos sobre a situação das remunerações dos trabalhadores portugueses. Em seguida, passou a palavra ao Senhor **Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas**, para prestar os restantes esclarecimentos.

O Senhor Secretário de Estado esclareceu que se deslocou a Londres para verificar a situação dos cidadãos portugueses afetados pelo incêndio das *Grenfall Tower*, tendo os serviços consulares emitido todos os documentos necessários de forma gratuita. Referiu também que os programas de cooperação no âmbito da saúde e educação com Angola mantêm-se inalterados.

No ponto um da segunda parte da ordem do dia, o Senhor **Presidente da Mesa** prestou as seguintes informações:

- A Amnistia Internacional Portugal pede para ser recebida, com caráter de urgência, tendo por intuito apresentar as suas preocupações com a repressão governamental na República da Turquia, dada a recente detenção do Presidente da Direção da secção da Amnistia Internacional turca, Taner Kiliç.
- Foi decidido receber uma delegação desta Organização em data a ajustar com a mesma, a qual decorrerá no formato Mesa e Coordenadores.

Baixaram à CNECP, já após a distribuição da ordem do dia, as iniciativas seguintes:

- Projeto de Resolução n.º 911/XIII/2ª (PEV) - Recomenda ao Governo que Desenvolva todos os Esforços junto do Estado Espanhol para Travar a Exploração de Urânio em Salamanca, Junto à Nossa Fronteira;
- Projeto de Resolução n.º 930 /XIII/2ª (PEV) - Pela rejeição do CETA – Acordo Económico e Comercial Global entre a União Europeia e o Canadá;
- Projeto de Resolução 909/XIII/2.ª (PEV) – Revisão da Convenção de Albufeira - Baixou em conexão com a nossa Comissão e a Comissão de Agricultura e Mar.

Todos os três Projetos, por indicação do PEV, serão apresentados e discutidos em plenário.

- O Projeto de Resolução n.º 949/XIII/2ª (PSD,PS, BE, CDS, PCP) - Recomenda ao Governo o reforço do apoio ao Fundo das Nações Unidas para a População UNFPA, será apresentada na próxima sessão da CNECP, pela Senhora Deputada Maria antónia Almeida Santos;
- Projeto de Lei n.º 541/XIII/2.ª – (PCP) - Procede à segunda alteração ao regime jurídico-laboral dos trabalhadores periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, incluindo os trabalhadores das residências oficiais do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº 66/2013, de 27 de agosto;

Embora a Comissão competente seja a do Trabalho e Segurança Social, existe conexão com a 2.ª. Entendeu a Comissão pronunciar-se acerca desta iniciativa legislativa, cabendo a elaboração de Parecer ao PSD, para cujo efeito solicitou a indicação para mais tarde do Deputado responsável pela respetiva elaboração.

No ponto dois da segunda parte da ordem do dia, foram distribuídas pelos Senhores Deputados seguidamente elencados, as iniciativas abaixo identificadas:

- Proposta de Resolução n.º 53/XIII/2.ª: **Deputado Rui Silva (PSD)**;
- Proposta de Resolução n.º 54/XIII/2.ª: O PS solicitou a indicação de Deputado para momento posterior;

No ponto três da segunda parte da ordem do dia, relativo à decisão de escrutínio de iniciativas europeias, deliberou a Comissão, proceder ao escrutínio da **COM(2017)240 - DOCUMENTO DE REFLEXÃO CONTROLAR A GLOBALIZAÇÃO**, a qual ficou a cargo do Grupo Parlamentar do CDS. Foi feito notar que esta comunicação havia sido distribuída, em conexão, à Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas.

No ponto quatro da segunda parte da ordem do dia, foram lidas e aprovadas as Atas com os números seguintes:

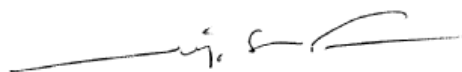
- Ata n.º 67/XIII/2.^a, de 14.02.2017, foi aprovada com os votos favoráveis dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS E PCP;
- Ata n.º 72/XIII/2.^a, de 15.03.2017, foi aprovada com os votos favoráveis dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS E PCP;
- Ata n.º 73/XIII/2.^a, de 21.03.2017, foi aprovada com os votos favoráveis dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS E PCP;
- Ata n.º 84/XIII/2.^a, de 16.05.2017, foi aprovada com os votos favoráveis dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS E PCP; e,
- Ata n.º 87/XIII/2.^a, de 06.06.2017, foi aprovada com os votos favoráveis dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS E PCP.

A presente reunião foi gravada podendo o registo áudio ser consultado [aqui](#) e [aqui](#).

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas dezanove horas e vinte minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de S. Bento, 27 de junho de 2017

O Presidente da Comissão,



(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Ângela Guerra
Carlos Páscoa Gonçalves
Domicilia Costa
Filipe Lobo D' Ávila
Isabel Santos
Joana Lima
José Cesário
Lara Martinho
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Porfírio Silva
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto
António Ventura
Berta Cabral

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões
Carlos Alberto Gonçalves
Gabriela Canavilhas
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Oliveira
Rui Silva

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 13/09/2017.